



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão**

Ata da Quarta Reunião da COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO. Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às 16:00hrs, na sala de reuniões da Secretaria do Tribunal de Justiça, 4º andar do Palácio da Justiça. Presentes as autoridades: DESEMBARGADOR SIGURD ROBERTO BENGTTSSON – PRESIDENTE DA COMISSÃO, JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA – DR. SÉRGIO LUIZ KREUZ; e os servidores: Claudia Cristina Martins Iria, Daniela Ribas Rocha, Diogo Guilherme Silveira, Flavia Verusca Buturi Monarin Matos, Gilberto Yoshikazu Ozawa, Marcela Benevides Sales Pignolo, Marcos Kazuyoshi Sakamoto, Renan Massaiti Tory, Vanessa Rafaela Lobato e Vivian Clavijo Beltrán Kummer. Iniciada a reunião, a servidora Flávia explanou as atividades da Comissão e fez o acompanhamento dos planos de ação, apresentando o respectivo percentual de cumprimento. A seguir, foram acompanhados os planos de ação dos eixos 1, 3 e 6. O eixo 1 informou que estão em produção 9 vídeos de sensibilização, três para cada tipo de deficiência (auditiva, física e visual), além do Manual de Inclusão, que se pretende divulgar em 21/09 - dia nacional de luta da pessoa com deficiência. Também foi aventada a realização de Simpósio no TJPR com a previsão de palestras e vivência em data próxima ao dia internacional da pessoa com deficiência. Quanto à necessidade de intérpretes de libras, o juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Dr. Sérgio, sugeriu a contratação semelhante à de intérpretes juramentados, mediante a utilização de cadastro de pessoas no sistema CAJU – Cadastro de Auxiliares da Justiça. O eixo 3 ressaltou a importância de todos os conteudistas do portal do TJ realizarem a capacitação a respeito dos padrões do modelo da Escola de Governo de acessibilidade. Aventou-se a problemática em relação aos totens de autoatendimento. O CNJ, na Res. 230 estabelece a necessidade de (...) *disponibilização de equipamentos de autoatendimento para consulta processual acessíveis, com sistema de voz ou de leitura de tela para pessoas com deficiência visual, bem como, com altura compatível para usuários de cadeira de rodas*. Entretanto, o servidor Marcos registrou que o maquinário existente está ultrapassado, pois foi adquirido em 2008, não cumprindo com os requisitos de acessibilidade. Além disso, o Juiz Auxiliar da Corregedoria destacou que nas Comarcas que possuem os totens, estes são pouco utilizados. Discutiu-se a ausência de razoabilidade para aquisição de novos equipamentos em razão da baixa demanda. O eixo 3 sugeriu a utilização de perfil de *login* específico para servidores com deficiência visual com facilidades nas configurações. O servidor Diogo, do eixo 4 e 5, encaminhará o *login* dos servidores que informaram ser pessoas com deficiência visual ao servidor Marcos do eixo 3. A servidora Vivian informou que na semana subsequente será realizada a entrega simbólica da última cadeira de rodas e que o estoque do Departamento está “zerado”



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão**

Solicitou o envio de outro mensageiro para quantificar a demanda para futuras aquisições. De forma subsequente o eixo 6 apresentou proposta de um novo projeto denominado "Portas Abertas", que compreende, simplificadamente, a realização um cadastro de servidores que queiram colaborar voluntariamente e se disponibilizar a realizar o acolhimento da pessoa com deficiência nos prédios do TJPR. Por fim, a servidora Cláudia Cristina Martins Tria relatou os principais aspectos do II Fórum dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A reunião foi encerrada às 18hs10min. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Marcela Benevides Sales Pignolo, Secretária, lavrei a presente ata que vai por mim e pelo Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, devidamente assinada.

Marcela B.S. Pignolo